

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 11/04/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Cem dias após posse, estados em crise parcelam salários e paralisam obras

Novos governadores de RS, RJ, MG, RN e GO cortam até gasto básico na tentativa de sair do vermelho

11.abr.2019 às 2h00

Recife , Porto Alegre e Goiânia

O servidor gaúcho recebeu neste mês o salário que deveria ter sido pago em março, o 40º atraso seguido do estado. Os alunos goianos estão com professores da rede estadual em greve. Para os potiguares, novas obras estaduais só ocorrerão se a verba vier do Banco Mundial.

Cem dias após a posse, governadores de estados em grave crise fiscal e em calamidade financeira ainda parcelam salários, renegociam com fornecedores, tentam cortar custos básicos, como energia e telefone, e buscam apoio para vender estatais.

Com déficit estimado em R\$ 7 bilhões para 2019, o governador do Rio Grande do Sul, [Eduardo Leite \(PSDB\)](#), ainda parcela salários —desta vez, ao contrário do antecessor José Ivo Sartori (MDB), o servidor recebe um calendário no fim do mês com as datas dos depósitos do mês seguinte.

Leite pagará 15 folhas de salário para 12 meses de exercício fiscal, porque Sartori não terminou de pagar os salários de dezembro e o 13º de 2018. No total, a nova gestão herdou R\$ 15 bilhões em dívidas, com a União e fornecedores. A saúde é uma das áreas que mais sofrem, com atraso para hospitais e medicamentos.

No primeiro dia de governo, Leite fez uma série de decretos para economizar cerca de R\$ 530 milhões, suspendendo concursos e renegociando contratos. O estado também tenta vender 78 imóveis para arrecadar R\$ 22,7 milhões. [Sem privatizar o Banrisul](#), o estado tenta aderir ao Regime de Recuperação Fiscal — programa federal de socorro aos estados.

O governador oferece à União três companhias: de energia elétrica, de gás e de mineração. Porém, quer privatizar sem consultar a população em plebiscito, como determina a lei. Leite pretende excluir a obrigatoriedade com ajuda da Assembleia. Para aumentar a arrecadação por meio da emissão da Nota Fiscal Gaúcha, o governo lançou um aplicativo para o consumidor controlar variação de preços.

Em Porto Alegre, o preço de meio quilo de lentilha pode variar de R\$ 2,99 a R\$ 11,50, uma diferença de 285%. O app já soma 84,3 mil pesquisas. No Rio Grande do Norte, para tentar reverter um passivo de R\$ 2,6 bilhões, incluindo uma dívida de R\$ 950 milhões com o funcionalismo público e de R\$ 1,3 bilhão com fornecedores, um plano emergencial está em curso.

O estado já obteve autorização do Legislativo para antecipar royalties do petróleo de maio até dezembro de 2022. Com o edital da licitação pronto, o lance mínimo por meio de pregão eletrônico será de R\$ 315 milhões.

A governadora Fátima Bezerra (PT) autorizou a venda da folha de pagamento, o que pode gerar uma entrada de R\$ 250 milhões no caixa. Por causa da crise, o estado zerou investimentos com receita própria. Novas obras serão feitas com empréstimos do Banco Mundial.

"Tem servidor que não recebeu ainda o 13º de 2017, não recebeu novembro de 2017. Há alguns com quatro folhas atrasadas", disse o secretário de Planejamento do Rio Grande do Norte, Aldemir Freire. Entre outras medidas, estão revisão de contratos com fornecedores, corte de despesa com custeio, teto para empenhos e reforço na fiscalização de comércios para aumentar a arrecadação.

Com déficit de R\$ 6,3 bilhões nas contas de Goiás, o governador [Ronaldo Caiado \(DEM\)](#) determinou economia em gastos com energia, água e telefone e estima economia de R\$ 502 milhões em 2019 só com revisão de contratos.

A medida deve provocar a paralisação de obras de infraestrutura e de concessionárias de serviços no estado. O governo ainda não divulgou a relação das obras afetadas. Em meio à crise, parte dos professores da rede estadual está em greve desde o dia 3, cobrando salários e auxílio-alimentação atrasados.

São 157 (14%) das 1.121 escolas paralisadas total ou parcialmente, diz o governo. O sindicato dos professores estima 40% de adesão. O governo goiano quer reforçar as ações fiscais para recuperação de créditos de devedores e combate à sonegação. Também está em vigor lei para revisar incentivos fiscais a usinas sucroalcooleiras, montadoras de veículos, atacadistas e empresas beneficiárias de programas estaduais.

Caiado tem feito viagens a Brasília em busca de auxílio federal do programa de equilíbrio fiscal que deverá ser lançado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL), ainda sem data definida. "Tenho certeza de que as pessoas já sentiram as mudanças dos cem dias do meu governo. Está latente que elas sabem a gravidade [da situação das contas públicas] com a qual iniciei o mandato", disse Caiado à **Folha**.

[Romeu Zema \(Novo\)](#) assumiu Minas Gerais com salários parcelados e 13º em atraso, uma dívida de R\$ 6 bilhões com os municípios e uma das piores situações fiscais do país. A tônica, ao tomar posse, foi de austeridade e eficiência. Além de focar Minas no Regime de Recuperação Fiscal, Zema aposta em duas reformas para apertar o cinto: fiscal e administrativa. A primeira ainda não foi apresentada.

A segunda prevê redução de secretarias e projeta uma economia de R\$ 1 bilhão em quatro anos. Seriam, anualmente, R\$ 30 milhões em pessoal, R\$ 56 milhões em serviços terceirizados cortados (como seguranças em escolas) e cerca de R\$ 140 milhões em "ganhos de eficiência", com base em estudo da Universidade Harvard. As medidas dependem, porém, do Legislativo. Enquanto isso, os ajustes têm sido modestos.

O governador abriu mão de morar na residência oficial, vendeu duas aeronaves (uma por R\$ 2,2 milhões, a outra por R\$ 690 mil), leiloou 67 veículos (somando R\$ 471 mil) e parou de imprimir o Diário Oficial (economia de R\$ 2,2 milhões ao ano).

Ele ainda alterou a licitação de alimentação em unidades prisionais, prevendo redução de R\$ 20,2 milhões em 60 meses. No Rio de Janeiro, as primeiras ações do [governo Wilson Witzel \(PSC\)](#) têm se concentrado na revisão de benefícios fiscais e no aperto a sonegadores. A Secretaria de Fazenda realizou dez operações para coibir fraudes.

O governo, porém, ainda não avançou na proposta de rever o plano de recuperação fiscal acordado com a União, uma das promessas de campanha. A avaliação é que o modelo atual tornará a dívida do estado impagável. Como resultado da suspensão dos pagamentos da dívida com a União e de receitas extraordinárias, o estado fechou 2018 com superávit primário de R\$ 1,97 bilhão. Tem ainda, porém, R\$ 16 bilhões em restos a pagar herdados da gestão anterior.

Paula Sperb , João Valadares e Cleomar Almeida

Colaboraram Fernanda Canofre, de Belo Horizonte, e Nicola Pamplona, do Rio de Janeiro

Veículo: Correio Brasiliense	Caderno: Economia
Data: 11/04/2018	Página: -

CORREIO BRAZILIENSE

Déficit da Previdência dos Estados somou R\$ 77,8 bi em 2017, diz Firjan
São Paulo ficou em primeiro lugar com o maior rombo entre os estados, registrando R\$ 18 bilhões

Agência Estado

Postado em 11/04/2019 15:25 / atualizado em 11/04/2019 15:25



Posto da Previdência Social, em Brasília (DF), na 504 Sul (foto: Antonio Cunha/CB/D.A Press)

O déficit da Previdência pública dos governos estaduais, incluindo a aposentadoria dos três Poderes, foi de R\$ 77,8 bilhões em 2017, mostra estudo da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) divulgado nesta quinta-feira (11/4). São Paulo registrou o maior rombo em 2017, com déficit de R\$ 18 bilhões. Rio Grande do Sul teve o segundo maior dado negativo, com R\$ 11,1 bilhões. Rio de Janeiro, com R\$ 10,6 bilhões, e Minas Gerais, com R\$ 8,2 bilhões, completam a lista.

O estudo revela que apenas quatro Estados registravam superávit na Previdência em 2017: Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins. Todos os 23 demais registraram déficits.

O presidente da Firjan, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, aproveitou a divulgação dos dados para defender a reforma da Previdência. "A conta vai ser paga por todos nós e sem capacidade futura de essa conta melhorar. Gostaria que os congressistas se debruçassem sobre esse quadro", disse Gouvêa Vieira.

Veículo: Política Livre	
Data: 11/04/2019	Caderno: Economia



Déficit da Previdência dos Estados somou R\$ 77,8 bi em 2017, diz Firjan

O déficit da Previdência pública dos governos estaduais, incluindo a aposentadoria dos três Poderes, foi de R\$ 77,8 bilhões em 2017, mostra estudo da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) divulgado nesta quinta-feira, 11. São Paulo registrou o maior rombo em 2017, com déficit de R\$ 18 bilhões. Rio Grande do Sul teve o segundo maior dado negativo, com R\$ 11,1 bilhões. Rio de Janeiro, com R\$ 10,6 bilhões, e Minas Gerais, com R\$ 8,2 bilhões, completam a lista. O estudo revela que apenas quatro Estados registravam superávit na Previdência em 2017: Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins. Todos os 23 demais registraram déficits. O presidente da Firjan, Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, aproveitou a divulgação dos dados para defender a reforma da Previdência. “A conta vai ser paga por todos nós e sem capacidade futura de essa conta melhorar. Gostaria que os congressistas se debruçassem sobre esse quadro”, disse Gouvêa Vieira.

Estadão Conteúdo

Tribuna

Apenas quatro estados não têm déficit

Entre as 27 Unidades da Federação (UF) brasileiras, apenas quatro não têm déficit previdenciário. É o que aponta um estudo divulgado nesta quinta-feira (11) pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), que defende prioridade na aprovação da Reforma da Previdência. É o que mostra reportagem de Daniel Silveira, G1 — Rio de Janeiro.

Segundo o levantamento, em 2017, somente Amapá, Roraima, Rondônia e Tocantins tinham saldo positivo no caixa para pagar servidores e aposentados. “São estados novos, que naturalmente têm um número menor de aposentados”, apontou o gerente de estudos econômicos da Firjan, Jonathas Goulart.

Os déficits dos demais 23 estados somam, juntos, R\$ 77,8 bilhões. Segundo a Firjan, esse resultado se dá devido aos altos custos com pessoal, incluindo servidores ativos, aposentados e pensionistas.

“O que estes dados nos mostram é que nós temos um problema previdenciário que não afeta somente o caixa da União, mas de todos os estados”, enfatizou Goulart.

“Se não solucionarmos esse problema previdenciário, teremos uma vida muito difícil”, avaliou Eduardo Vieira, presidente da Firjan.

Para equalizar a conta, apontou o gerente de estudos econômicos da entidade, há dois caminhos possíveis, cada um com seu respectivo “custo social”: aprovar a reforma previdenciária, legando aos servidores ativos o custo de financiar suas futuras apo-

sentadorias, ou não aprovar a reforma, mas elevar a carga tributária a fim de alavancar as receitas de cada estado.

“Se não aprovar a reforma, é toda a sociedade pagando [para cobrir o déficit] através do aumento de preços de produtos e serviços em decorrência do aumento de impostos”, destacou o economista.

Elevar ainda mais a já alta carga tributária do país, para a Firjan, é inviável para a sociedade, além de representar “o maior vilão para a indústria”. A entidade destacou que a cada R\$ 1 de produto ou serviço, R\$ 0,45 é de imposto. Só o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que vai para a conta dos estados, representa 1/3 do total de impostos cobrados no país. “Financiar a Previdência com mais aumento de ICMS não é socialmente justo”, defendeu Goulart.

ATIVOS E INATIVOS

A Firjan enfatizou que ao se comparar a situação de ativos e inativos, evidencia-se que a conta não tem condições de se equilibrar sem uma reforma previdenciária robusta capaz de elevar a receita.

Segundo a entidade, na maioria dos estados a relação entra aposentados e servidores ativos se aproxima de 1, ou seja, há um aposentado para cada servidor ativo. Em Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul a situação é ainda pior e, segundo a Firjan, “insustentável”. Nesses quatro estados, há mais aposentados que servidores ativos.

Além disso, em 14 estados o valor médio das aposentadorias supera o salário médio dos servidores ativos. Segundo a Firjan, enquanto a renda média do brasileiro é de R\$ 2,5 mil mensais, a dos aposentados é de R\$ 4,8 mil.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 11/04/2019	Caderno: Economia



Mais uma proposta de reforma tributária

O projeto anunciado pelo secretário da Receita Federal, Marcos Cintra, despenca sobre a sociedade na hora errada e com a prioridade equivocada

Celso Ming, O Estado de S.Paulo

11 de abril de 2019 | 21h00

Há divergências até mesmo sobre se Judas deve ou não ser classificado como traidor. Mas não há discordância sobre o diagnóstico do sistema tributário brasileiro: é caótico, injusto e maluco.

A partir daí, também não há divergência sobre a necessidade de uma reforma que simplifique, desburocratize, desjudicialize o sistema e, ao mesmo tempo, reduza a asfixiante carga tributária brasileira.

E foi o que [nesta quinta-feira anunciou](#) o secretário da [Receita Federal, Marcos Cintra](#), ele próprio um cruzado obcecado pelo imposto único. Trata-se, desta vez, de um plano de ampla envergadura que não só ataca a confusão do [ICMS](#) vigente no Brasil, mas que, também, unifica cinco impostos federais: [PIS](#), [Cofins](#), [IPI](#), a parcela do [IOF](#) com fins arrecadatórios e, dependendo não se sabe ainda do quê, a [CSLL](#).

O problema está na maneira como essa proposta “para já” está sendo feita. Ela despenca sobre a sociedade na hora errada e com a prioridade errada, como a atitude do casal que decide tratar do divórcio, ainda que inevitável, no dia do casamento da filha. O governo já tem pela frente uma agenda tremendamente tumultuada, a do projeto de [reforma da Previdência](#), que vai demandar enorme capacidade de foco e de articulação política. Tanto é assim que até mesmo o anúncio do também necessário projeto anticrime do ministro [Sergio Moro](#) em janeiro foi considerado inoportuno porque criou nova e desnecessária zona de tumulto político na Câmara.

Reforma tributária

1 CRIAÇÃO DO IMPOSTO ÚNICO FEDERAL, O IVA FEDERAL

VAI SUBSTITUIR

PIS/Cofins

Cobrado de todas as empresas, com regras variadas e subjetivas sobre como descontar o valor do imposto que já foi pago sobre etapas posteriores de produção. A alíquota do PIS é de 7,6% e a da Cofins, 1,65%

IPI

Cobrado de indústrias e importadores. A União reparte a arrecadação com Estados e municípios. Nos últimos anos, houve a multiplicação de regimes especiais, o que abriu brechas para dúvidas sobre quem deve pagar o imposto. A alíquota varia de 0% a 42%

CSLL

Cobrado de empresas que lucram mais de R\$ 20 mil por mês. A alíquota é de 9%

IOF

Cobrado sobre todas as operações financeiras – cartão de crédito, cheque especial, empréstimos e financiamentos, seguros, câmbio. Alíquota de 0,38%

2 FIM DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DAS EMPRESAS SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO

Será substituída por outra fonte de financiamento. Duas alternativas estão em estudo:

- A criação de imposto sobre meios de pagamentos (entre 0,8% e 1,2%) ou
- Uma alíquota adicional do IVA. Hoje, as empresas pagam 20% sobre a folha de salários. As empresas de 28 setores que têm o benefício da desoneração pagam uma alíquota que varia de 1% a 4,5% sobre a receita bruta. O benefício está previsto até 2020, quando acaba todos os setores

3 DESONERAÇÕES ACABAM

Desonerações específicas, como medicamentos e produtos da cesta básica, serão concedidas aos mais pobres por meio de devolução do dinheiro

4 SERÃO MANTIDOS QUATRO REGIMES ESPECIAIS

Simples, Zona Franca de Manaus, Financeiro e Construção Civil

Essa ampla reforma tributária, que o secretário quer ver fechada ainda neste semestre, vai mexer com Deus e o diabo. Como o próprio Marcos Cintra [avisou em entrevista](#) ao Estado, implicará todas as formas de pagamento da população, das empresas e das instituições; envolverá todas as formas de renda do País; e exigirá ampla e minuciosa negociação com políticos, administradores públicos e privados. Antes mesmo das eleições em segundo turno, o então futuro secretário da Receita havia trazido à tona a recriação da CPMF e, nisso, [foi prontamente desmentido pelo então candidato Bolsonaro](#). A nova proposta chega numa hora ainda mais imprópria.

Independentemente do conteúdo do pacote detalhado por Marcos Cintra, cabem outras observações.

Não ficaram claras nem a natureza nem a forma de cobrança desse imposto unificado que pretende ser um inédito Imposto sobre Pagamentos. Desta vez, o secretário da Receita parece não beber do vinho favorito, o da velha [CPMF](#), pois fala em tributo agregado, como é hoje o ICMS, que gera créditos sucessivos à medida que é recolhido em cada etapa da produção. Mas não é prático adotar esse sistema de créditos quando se trata de pessoas físicas. Imagine a trabalhadora que o consumidor teria para juntar um montão de notas fiscais e tíquetes de cartão para cobrar créditos ao fim de cada mês. Outra observação tem a ver com outra intenção da reforma, a de alcançar as atividades econômicas digitais e/ou informais, que hoje escapam da tributação. Não parece que esse objetivo possa ser atingido unilateralmente, sem certa coordenação internacional. Não se trata apenas de coibir a economia paralela, a sonegação, a lavagem de dinheiro e o crime organizado. Trata-se de coordenar a adoção de um sistema global (ou até mesmo regional) que permita a caracterização de fatos geradores de tributos sobre negociação de mercadorias e serviços online, feita “na nuvem”, sem definição nem de origem nem de destino. Montar um sistema tipo jabuticaba, que só funcione no Brasil (se é que funcionará), além de perda de energia política, parece pouco realista.

Também não faz sentido pretender a aprovação a toque de caixa de matéria de tamanha importância. Desde meados dos anos 70, quando foi colocado em prática o atual sistema, fala-se em reforma tributária. E, no entanto, até mesmo projetos muito bem elaborados acabam enroscados em alguma repartição pública. De todo modo, alguém tem mesmo de enfrentar essa encrenca. Mas, como dizia Santo Agostinho, “dai-me a Castidade, Senhor, mas não agora”.

Outra questão tem a ver com o outro objetivo da reforma tributária no Brasil: o da redução da carga. Não basta ampliar o universo tributável e criar um sistema de ganchos e de alçapões com o qual a Receita possa capturar a sonegação, a elisão tributária, os descaminhos ou o que seja. É preciso garantir também a redução do tamanho do Estado, cujo agigantamento foi a principal causa do aumento sufocante da nossa carga tributária.

Tribuna

Guedes diz que governo fará reforma tributária apenas no nível federal

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse nesta quinta-feira (11) que o governo pretende fazer uma reforma tributária apenas no nível federal. Segundo Guedes, nos próximos quatro meses será anunciada a proposta de unificar três ou quatro impostos, criando um imposto federal, tendo citado a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), o PIS e o Finsocial. É o que mostra reportagem de O Globo – Sergio Lamucci e Paola de Orte.

“Ao longo do tempo, vamos colocar mais impostos lá”, explicou o ministro durante um evento em Wa-

shington (EUA). “Nós vamos dar o exemplo para estados e municípios, mas vamos deixá-los tributar. E eles vão aprovar essa reforma tributária, essa simplificação dos tributos federais, pela perspectiva de ter mais recursos no futuro”, completou.

Segundo Guedes, é uma reforma diferente da proposta do economista Bernard Appy, “que tenta colocar tudo junto”. Diretor do Centro de Cidadania Fiscal, Appy propõe a criação de um Imposto de Bens e Serviços, o IVA (Imposto sobre Valor Agregado), que reuniria PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS – sendo que os dois últimos são tributos dos

governos locais.

O ministro da Economia ainda afirmou que há um longo histórico de fracasso na reforma tributária no Congresso porque as pessoas tentavam colocar todos os impostos juntos. “Há uma resistência natural de estados e municípios para convergir para um sistema de impostos geral, porque eles já têm problemas de caixa”, avaliou. Guedes também lembrou que, na ditadura militar, o poder financeiro foi concentrado no topo e os governos civis não o desconcentraram. “Até criaram mais tributos para não serem distribuídos para governadores e prefeitos”, contou o ministro.

Tribuna

Maia envia PEC da reforma tributária para a CCJ



RODRIGO MAIA diz que dará prosseguimento à matéria mesmo que o governo esteja preparando uma proposta própria sobre o tema

AGENCIAESTADO

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), enviou para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a proposta de emenda à Constituição que trata da reforma tributária apresentada pelo líder do MDB, Baleia Rossi (SP), na semana passada. Ontem, Maia afirmou que dará prosseguimento à matéria mesmo que o governo esteja preparando uma proposta própria sobre o tema. Questionado sobre se há espaço

para que o governo ainda apresente sua proposta, Maia afirmou que é um direito do Executivo encaminhar seus projetos. Em viagem a Nova York, ele disse que não viu no detalhe o projeto do governo, mas que "a Casa ouvirá as ideias do Executivo". Cabe agora ao presidente da CCJ, Felipe Francischini (PSL-PR), definir um relator para a matéria e pautá-la na comissão. A proposta apresentada por Baleia Rossi foi articulada por Maia e líderes partidários. Eles decidiram adotar uma proposta do economis-

ta Bernard Appy, do Centro de Cidadania Fiscal (CCIF). Ele defende a criação de um novo tributo de bens e serviços, do tipo imposto de valor agregado (IVA), com a unificação do PIS/Cofins, IPI, ICMS e ISS, com transição de 10 anos.

MANDATO – Ontem, o deputado Afonso Motta (PDT-RS) entrou com um mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) contra ato do presidente da Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça (CCJ), Felipe Francischini (PSL-PR).

Motta quer conseguir na Justiça o direito de apresentar destaques supressivos à proposta da reforma da Previdência no colegiado. Ou seja, ele quer que os deputados possam rejeitar trechos da matéria e não precisem votar necessariamente pela integralidade do projeto. No início da reunião de terça na CCJ, onde foi lido o parecer do relator, deputado Marcelo Freitas (PSL-MG), Motta apresentou uma questão de ordem pedindo que o colegiado aceitasse os chamados destaques supressivos à proposta.

Veículo: Política Livre	
Data: 11/04/2019	Caderno: Economia

Raul Monteiro
POLÍTICALIVRE
A POLÍTICA LEVADA A SÉRIO

Governo mostra empenho com reforma tributária, diz líder do MDB na Câmara

Foto: Dida Sampaio/Estadão



O líder do MDB na Câmara, deputado Baleia Rossi (SP)

O líder do MDB na Câmara, Baleia Rossi (SP), afirmou nesta quinta-feira, 11, que o projeto de reforma tributária que o governo pretende enviar ao Congresso poderá tramitar em conjunto com a proposta de emenda à Constituição que ele apresentou na semana passada sobre o tema. “A reforma tributária na Câmara só conseguirá superar as barreiras com conversa entre o Executivo e o Legislativo porque é preciso buscar consensos. Se conseguirmos unir a proposta do governo com a nossa, melhor. Não tem nenhum problema de elas tramitarem em conjunto”, disse ao Estadão/Broadcast. Para ele, a iniciativa do governo de enviar uma proposta própria “é uma maneira de demonstrar comprometimento” com o tema. “Vem para contribuir com a matéria da Câmara”, disse. Como o Estado mostrou nesta quinta, o governo prepara uma reforma tributária que prevê trocar até cinco tributos federais por uma única cobrança. A proposta também vai acabar com a contribuição ao INSS que as empresas pagam atualmente sobre a folha de pagamentos. Em substituição, duas opções estão à mesa: a criação de um imposto sobre todos os meios de pagamento – cheques, cartões de crédito e até mesmo dinheiro vivo – ou um aumento adicional na alíquota do imposto único. Em outra frente, segundo explicou o secretário da Receita, Marcos Cintra, além de unificar os impostos federais, o governo vai preparar com a Câmara dos Deputados uma PEC para criação de um tributo que vai unificar, numa segunda etapa, o imposto único federal com o ICMS (estadual) e ISS (municipal). O nome desse tributo único que será cobrado pelos três governos será Imposto de Bens e Serviços (IBS). A segunda PEC, de acordo com o secretário, terá como base proposta elaborada por Baleia Rossi em conjunto com o economista Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF). A apresentação da proposta de Appy foi articulada semana passada por Maia para se antecipar ao governo. O texto do Legislativo também defende a unificação de impostos e a simplificação do setor. O emedebista, no entanto, frisou que a análise da reforma tributária ficará em segundo plano até que a Câmara termine de votar a reforma da Previdência. “Existe a vontade de aprovar a Previdência, essa é a prioridade número 1. A tributária não pode e não irá atrapalhar a reforma da Previdência”, disse.

Estadão Conteúdo

Tribuna

Economia em marcha lenta mantém desemprego elevado

LÍCIO FERREIRA
REPÓRTER

“A economia brasileira segue em marcha lenta e sem grande poder de arranque; enquanto a taxa de desemprego continua elevada, sustentando o medo do desemprego em patamar também alto”. Essas e outras conclusões podem ser encontradas no Informe Conjuntural do primeiro trimestre divulgado, ontem quinta-feira 10, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) que também revisou para baixo, as estimativas de crescimento da economia e da indústria. Previu que a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) vai recuar para 2%, ante os 2,7% previstos em dezembro de 2018; e anunciou que o PIB Industrial caiu de 3% para 1,1%.

“O ritmo da atividade no início do ano foi bem mais fraco do que se esperava. O desemprego permanece alto, as famílias ainda não retomaram o consumo e as empresas enfrentam muitas dificuldades”, afirma o gerente-executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco para quem “há um certo sentimento de que as medidas, principalmente no campo das reformas estruturais, como a da Previdência, vão demorar um pouco mais para se materializarem e será necessário um prazo maior para que os benefícios das mudanças se espalhem pela economia”.

ESTIMATIVAS

De acordo com o Informe Conjuntural, a previsão para o aumento do consumo das famílias diminuiu de 2,0% em dezembro para 2,2% agora. A estimativa para a taxa média de desemprego neste ano subiu de 11,4% para 12%. A perspectiva de crescimento dos investimentos caiu de 6,5% para 4,9% e que “sem a retomada do investimento, o crescimento fica comprometido”, avalia. O estudo lembra que, apesar do fraco desempenho da atividade, os indicadores macroeconômicos são positivos. Embora mantenha o alerta de que é necessário buscar o equilíbrio fiscal, as previsões da CNI para as contas do governo melhoraram.

“O déficit primário projetado neste ano caiu de 1,57% do PIB em dezembro para 1,39% do PIB agora. A previsão para a dívida do setor público diminuiu de 78,5% do PIB para 78,20 do PIB. A inflação mantém-se estável e sem pressões significativas, com expectativas apontando para uma taxa anual abaixo da meta, e as contas externas seguem favoráveis, a despeito do acirramento dos contenciosos no ambiente internacional”, diz o Informe Conjuntural.

INFLAÇÃO

A estimativa da CNI é que a inflação feche o ano em 4,2%, taxa menor do que a meta de 4,25% fixada pelo Banco Central. Diante deste cenário, a indústria destaca que há espaço para a



redução dos juros básicos da economia. “A estimativa para a taxa nominal de juros neste ano foi reduzida de 6,83% em dezembro para 6,42% agora”, acrescenta a CNI que destaca: “A aceleração das reformas da Previdência e tributária e a implementação de medidas que melhorem o ambiente de negócios são indispensáveis para gerar um choque de confiança na economia e estimular os investimentos”.

O documento diz também que “os agentes econômicos seguem com expectativas favoráveis ainda que condicionadas à implementação de reformas estruturantes que venham assegurar equilíbrio fiscal de longo prazo e melhoria do ambiente de negócios. O sucesso desse cenário depende de uma coalizão entre os Poderes Executivo e Legislativo para aprovação

dessas propostas. A ausência desses avanços tenderá a cristalizar um ambiente de baixo crescimento”, adverte a CNI.

DESEMPREGADOS

Observando o lado do consumo, a manutenção de elevado contingente de desempregados reduz a capacidade de poder de compra das famílias e limita a crescimento da produção. “Esse crescimento insuficiente se manifesta diretamente no desempenho do PIB da indústria, que registra estagnação desde o segundo semestre do ano passado. Inclusive, encontra-se em patamar produtivo 14% menor que em 2014. “Em suma, a economia brasileira segue em marcha lenta e sem grande poder de arranque”, diz o Informe Conjuntural.

Resaltamos que o saldo líquido de fevereiro (173,1

mil vagas) foi o melhor para o mês desde 2014. O resultado parece ter sido influenciado pelo fevereiro atípico, pois o Carnaval ocorreu em março. Em anos anteriores (2014 e 2011), em que o feriado também caiu nesse mês, houve registro de forte criação líquida de emprego em fevereiro. Em março desses anos, entretanto, houve contenção no número de novas contratações. A expectativa é que o mesmo ocorra este ano.

PATAMAR

A taxa de desemprego continua elevada, sustentando o medo do desemprego em patamar também alto. Isso não só reprime a expansão da renda como faz com que famílias hesitem em comprometer maior parcela da renda, contendo a expansão de consumo, sobretudo de bens de maior valor. Para

o restante do ano, a queda da taxa de desemprego deve permanecer lenta. Ainda segundo a CNI, o ritmo de lenta recuperação do mercado de trabalho, verificado em 2018, deve se repetir em 2019. Essa perspectiva se deve à revisão do crescimento da atividade econômica esperado para o ano e também pelas incertezas em relação à evolução das reformas, em especial a da previdência.

Mais um ano de desemprego elevado incertezas e menor crescimento econômico travam avanços mais expressivos do emprego. A reação do mercado de trabalho segue dependendo da robustez e da consistência do crescimento da atividade, do tempo de acomodação dos recursos ociosos do setor produtivo e das contingências em relação ao andamento das reformas”, sintetiza.

INFORMALIDADE

Além da elevada taxa de desemprego, chama atenção o grau de informalidade da economia. Apesar da melhora apresentada desde o último trimestre de 2018, o percentual de empregados sem carteira assinada e empregadores sem CNPJ segue elevado. A taxa de informalidade, em fevereiro, foi de 44%. Antes da crise econômica iniciada em 2014, essa taxa girava em torno de 40%. Outra estatística que também aponta a situação de fraqueza do mercado de trabalho nos últimos anos é a subutilização da força de trabalho.

O indicador soma aos efetivamente desempregados, o contingente de pessoas com engajamento no mercado de trabalho inferior ao desejado. Entre eles, os que trabalham menos de 40 horas semanais, mas que gostariam de trabalhar mais; e os que desistiram de procurar emprego, seja pela desesperança em achar uma vaga, seja pela inviabilidade financeira de pagar pelos custos inerentes, como transporte, alimentação fora do domicílio, documentação, entre outros.

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 12/04/2019	Caderno: Economia



Economia em ritmo lento deve levar governo a prever rombo maior em 2020

Déficit primário no ano que vem está previsto em até R\$ 110 bilhões, mas estimativas apontam para um buraco entre R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões maior; na visão do governo, cenário mostra a necessidade de aprovação da reforma da Previdência

Idiana Tomazelli e Adriana Fernandes, O Estado de S.Paulo

12 de abril de 2019 | 04h00

BRASÍLIA - Com a piora do cenário de [crescimento econômico](#) e da arrecadação do País, o governo deve rever, para pior, a meta fiscal para o ano que vem. Até agora, a equipe econômica vinha trabalhando com a possibilidade de um déficit de até R\$ 110 bilhões em 2020. Estimativas preliminares apontam, porém, para um rombo de R\$ 10 bilhões a R\$ 15 bilhões maior. Para este ano, a projeção é de um rombo de até R\$ 139 bilhões. Na visão do governo, a mudança na previsão para o ano que vem, que deve ser anunciada na segunda-feira, será um alerta adicional para a necessidade de aprovação da [reforma da Previdência](#). Na área econômica, fontes avaliam que, sem a reforma (cujo impacto nas contas não pode ser contabilizado nas projeções oficiais), o quadro de déficits pode se estender até o último ano de mandato do presidente Jair Bolsonaro, em 2022.

O cenário mostra a dificuldade de cumprir o objetivo do ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciado durante a campanha, de zerar o déficit ainda no primeiro ano da gestão. Em entrevista concedida ao Estado em março, Guedes ainda afirmou que iria “fazer o impossível” para atingir essa meta de zerar o déficit.

Por outro lado, as metas que serão divulgadas na próxima segunda-feira devem manter a diretriz de redução do rombo ano a ano. Até então, o indicativo para 2021 era de um déficit de R\$ 70 bilhões, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano. As projeções para 2022 serão inéditas, mas a avaliação preliminar é de que será possível reduzir o rombo para cerca de metade do valor do ano anterior.

As novas metas estipuladas pelo governo não incluem a previsão de ingresso de bilhões em recursos com o megaleilão de petróleo do pré-sal. O leilão está marcado para 28 de outubro, mas técnicos creem que a melhor estratégia seria deixar esse dinheiro para os próximos anos e não mexer na meta fiscal agora. A previsão do governo é que o dinheiro entre nos cofres da União em dezembro, mas esse cronograma é considerado apertado e não leva em conta riscos associados ao processo de venda de ativos.

Salário mínimo

Para tentar conter o ritmo de crescimento das despesas, o governo deve enviar sua proposta de LDO sem reajuste real do salário mínimo, apenas com a recomposição pela inflação. A decisão marca o fim da política de valorização real do salário mínimo, iniciada no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

No relatório bimestral de março, a equipe econômica previu que o índice que reajusta o piso nacional deve ficar em 4,2% este ano, o que resultaria num valor próximo a R\$ 1.040. Pela regra antiga, o valor poderia ficar em R\$ 1.051.

Veículo: BNews	Caderno: Economia E Mercado
Data: 12.04.2019	



Economia E Mercado

Economia em ritmo lento deve levar governo a prever rombo maior em 2020



12 de Abril de 2019 às 07:47 Por: **Valter Campanato/Agência Brasil** Por: **Redação BNews02comentários**

Com a piora do cenário de crescimento econômico e da arrecadação do País, o governo deve rever a meta fiscal para o ano que vem. A equipe econômica vinha trabalhando com a possibilidade de um déficit de até R\$ 110 bilhões em 2020.

Contudo, estimativas preliminares apontam, um rombo de R\$ 10 bilhões a R\$ 15 bilhões maior. Para este ano, a projeção é de um rombo de até R\$ 139 bilhões.

Na visão do governo, conforme o Estadão Contéudo, a mudança na previsão para o ano que vem, que deve ser anunciada na próxima segunda-feira (15), será um alerta adicional para a necessidade de aprovação da reforma da Previdência.

Na área econômica, fontes avaliam que, sem a reforma (cujo impacto nas contas não pode ser contabilizado nas projeções oficiais), o quadro de déficits pode se estender até o último ano de mandato do presidente Jair Bolsonaro, em 2022.

O cenário, conforme a publicação, mostra a dificuldade de cumprir o objetivo do ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciado durante a campanha, de zerar o déficit ainda no primeiro ano da gestão.

Em entrevista concedida em março, Guedes ainda afirmou que iria “fazer o impossível” para atingir essa meta de zerar o déficit.

Por outro lado, as metas que serão divulgadas na próxima segunda-feira devem manter a diretriz de redução do rombo ano a ano. Até então, o indicativo para 2021 era de um déficit de R\$ 70 bilhões, segundo a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deste ano.

As projeções para 2022 serão inéditas, mas a avaliação preliminar é de que será possível reduzir o rombo para cerca de metade do valor do ano anterior.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Cidade
Data 12/04/2019	Página: 07

Tribuna

DECISÃO

Governo anuncia envio à Câmara do projeto de autonomia do Banco Central

O presidente Jair Bolsonaro assinou ontem um projeto que, segundo o governo, prevê a autonomia do Banco Central.

O projeto foi assinado durante um evento no Palácio do Planalto sobre os 100 dias de governo e será enviado à Câmara dos Deputados. É o que mostra reportagem de Lais Lis, Guilherme Mazui e Luiz Felipe

Barbiéri, G1 — Brasília.

Após o evento, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, informou que a proposta do governo prevê:

mandato de quatro anos para o presidente do Banco Central, não coincidente com o mandato de presidente da República;

mandato prorrogável por mais quatro anos; retirada do status de

ministro para o presidente do BC.

Atualmente, tramita no Congresso uma proposta com teor semelhante, apresentada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

Segundo Onyx, o objetivo do governo é "apensar" as propostas, ou seja, fazer com que os projetos tramitem em conjunto.

O ministro afirmou também que, embora retire o status de ministro do presidente do BC, a proposta dá "proteção jurídica" a quem ocupar o cargo.

"A independência do Banco Central é uma ferramenta muito importante, usada pelas principais nações do mundo para dar tranquilidade a este fundamental setor, que mexe com

a vida de todos nós", acrescentou.

Em fevereiro, durante audiência pública no Senado Federal, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que o sistema bancário brasileiro não é mais "concentrado" do que em outras economias desenvolvidas, e acrescentou que os bancos do país também são competi-

vos.

Para ele, inadimplência (35% do spread), os custos operacionais (25%) e os custos financeiros (25%) têm mais peso, no preço dos serviços oferecidos pelos bancos, do que o lucro dos bancos. O presidente do BC declarou que vai "trabalhar fortemente" para reduzir o "spread" e os juros bancários.

12/04/2019 - 05:00

Guedes defende unificação de impostos federais

Por Sergio Lamucci e Paola De Orte*



O governo pretende fazer uma reforma tributária unificando impostos federais, disse ontem em Washington o ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo o ministro, nos próximos três ou quatro meses será anunciada a proposta de unir alguns tributos num "imposto único federal", - citando a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

(CSLL), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o PIS e o Finsocial. A estratégia é simplificar e reduzir tributos, afirmou Guedes.

O ministro manifestou ainda a preocupação de que a discussão agora sobre mudanças no sistema tributário possa atrapalhar a tramitação da reforma da Previdência, que ele espera ver aprovada até o fim do primeiro semestre. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), encampou a proposta de mudança do sistema de impostos do economista Bernard Appy, apresentada na semana passada em forma de emenda constitucional pelo líder do MDB na Câmara, Baleia Rossi (SP).

"Eu tenho medo de começar lançar uma, duas ou três e perder o foco na principal que é a previdenciária e depois não sai nenhuma", disse Guedes, em entrevista coletiva no Fundo Monetário Internacional (FMI). "E aí é muito ruim para o Brasil. Vai ser muito ruim para ele como presidente da Câmara, vai ser muito ruim para o presidente da República, vai ser muito ruim como ministro da Economia, mas eu imagino que ele [Maia] tenha um bom cálculo político."

Em evento pela manhã, no centro de estudos Brookings Institution, e também na coletiva, Guedes destacou que a ideia do governo é diferente da proposta de Appy, que cria o Imposto sobre Bens e Serviços, unificando o IPI, o PIS e o Cofins ao ICMS, que é estadual, e ao ISS,

que é municipal. "Isso está além do meu poder. Eu só posso mexer nos federais", disse o ministro. "Eu não sou o presidente da Câmara, que pode chamar todo mundo para falar de imposto de Estados e municípios. Eu só posso falar de impostos federais."

Guedes reiterou que o governo federal vai simplificar e fazer a sua parte. "Enquanto isso, pode ser que o Rodrigo Maia vá caminhando e propondo coisas ainda mais ambiciosas. Tenho certeza que nós vamos nos entender lá na frente."

O ministro enfatizou também acreditar na aprovação da reforma da Previdência ainda no primeiro semestre. "Eu acho que seria de pouca inteligência política ficar um ano e meio discutindo a Previdência." Guedes lembrou que, ano que vem, haverá eleições municipais. Seria interessante para a classe política passar a discutir já na segunda metade deste ano uma outra agenda. Um dos principais pontos seria a questão do pacto federativo, com a desconcentração de recursos, para dar mais poder econômico e financeiro a Estados e municípios e menos ao governo federal. "Os recursos têm que ir para onde as pessoas vivem", afirmou Guedes, lembrando que vários Estados estão em situação fiscal muito delicada.

Guedes também chamou o processo de entendimento entre governo e Congresso de "crise de acomodação", já que a mudança no governo é recente, assim como vários membros do Congresso assumem pela primeira vez, e disse que esse processo é "natural".

Pela manhã, Guedes ressaltou que controlar gastos é a grande prioridade do governo, afirmando que a estratégia passa pela reforma da Previdência, pela aceleração das privatizações e das vendas de imóveis do governo - para reduzir a dívida e, com isso, as despesas com juros - e conter dispêndios com salários do funcionalismo.

Guedes enfatizou a importância da reforma da Previdência, por ser a maior despesa do governo. "Ela está engolindo a economia inteira." Além disso, o ministro voltou a dizer que o Brasil gasta o equivalente a um Plano Marshall por ano, ou US\$ 100 bilhões.

"Reconstruímos uma Europa por ano", afirmou ele.

Para enfrentar esse problema que, segundo ele, não é incontrolável, o governo pretende acelerar as privatizações e a venda de imóveis do governo federal, para abater a elevada dívida pública. "Nós temos mais de R\$ 1 trilhão em empresas estatais e mais de R\$ 1 trilhão em 700 mil imóveis", afirmou ele. "Mesmo a embaixada aqui, muito bonita, comprada nos anos 1930. O embaixador, brincando, me disse que não custa nada, porque já está aposentado, mas eu disse 'Bem, podemos vender a sua casa. Estou dormindo lá, é um lugar lindo'", contou Guedes, fazendo a plateia rir. "Se você vai para Roma, [a embaixada] é na Piazza Navona. Se vai a Milão, é do lado do Duomo. Coisas lindas. Eu olho para essas coisas e digo - 'Nós realmente podemos reduzir a nossa dívida.'"

Em relação aos servidores públicos, ele disse: "40% a 50% vão se aposentar nos próximos anos, e não vamos substituí-los". Guedes está em Washington para participar da reunião de primavera do FMI e do Banco Mundial. Teve encontros com investidores e autoridades, como o secretário do Tesouro americano, Steve Mnuchin. * **O Globo**

12/04/2019 - 05:00

Especialistas fazem críticas a imposto sobre transações

Por **Marta Watanabe**

A redução de carga tributária sobre a folha é bem-vinda e algo necessário, mas a compensação por meio de uma tributação sobre meios de pagamento, que incidirá não só sobre operações financeiras (como a antiga CPMF), mas também sobre qualquer transação econômica, pode causar desintermediação bancária, segundo analistas.



Bráulio Borges: alíquota proposta sobre meios de pagamento é "muito alta"

A alíquota da tributação sobre meios de pagamento defendida pelo secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, é de 0,8% a 1,2%. Segundo ele, a instituição da cobrança seria uma das alternativas para compensar uma queda de carga tributária da contribuição previdenciária, tanto patronal quanto dos empregados.

Leia mais

1. Cintra diz que reforma vai cortar tributo de empregado

Para Bráulio Borges, pesquisador associado da economia aplicada do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), a alíquota proposta para a tributação sobre meios de pagamento é "muito alta". E provavelmente, diz, está subestimada porque não leva em consideração a mudança de comportamento dos agentes econômicos.

"Concordo em ligarem sinal de alerta sobre tributação do salário. Agora, a alternativa é complicada. Por que ninguém adota no resto do mundo?", questiona José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). "Com inflação e juros nominais dos mais baixos das últimas décadas, essa solução fatalmente induzirá a desintermediação bancária. Agora, Receita Federal e Banco Central têm dados internos que ajudariam a mostrar qual seria esse impacto. Falta mostrar os textos das propostas e, o mais importante, falta mostrar as simulações", diz Afonso.

Borges, do Ibre, lembra que a antiga CPMF, cobrada à alíquota menor, de 0,38%, já provocava mudança de comportamento. É verdade, pondera ele, que esse tipo de tributação, mesmo quando restrito às transações bancárias, consegue alcançar em alguma medida a economia informal, mas também cria uma incidência em cascata.

O cenário de queda de taxa de inflação e de juros, diz Borges, também contribui para uma reação maior de organização frente a uma tributação sobre meios de pagamento. "Na época em que as taxas de juros estavam na casa dos 20% anuais, os fundos tinham taxas de administração perto dos 4%. Hoje eles disputam com taxas próximas de zero", recorda.

Para Afonso, uma tributação nos moldes da CPMF não deve apresentar o mesmo desempenho de arrecadação do passado porque a base de cálculo também tende a se desidratar não somente com a queda da inflação e dos juros, mas também com a digitalização e globalização financeira.

Para Borges, a expectativa maior de mudança no campo tributário está na discussão sobre a proposta que deve caminhar pelo Legislativo, com projeto apresentado pelo deputado Baleia Rossi (MDB/SP). O projeto se inspira na proposta do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF). O economista Bernard Appy, diretor do CCiF, defende a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que reuniria os federais IPI, PIS e Cofins, o estadual ICMS e o ISS, recolhido pelos municípios. "É uma proposta muito discutida que traria grande simplificação ao sistema tributário", diz Borges.

Segundo o secretário Marcos Cintra, o governo federal também estuda a unificação de cobranças sobre bens e serviços, inicialmente concentrados nos tributos federais IPI, PIS, Cofins e parte do IOF. Borges ressalta, porém, que a inclusão do ICMS e do ISS dos governos regionais, como sugere o CCiF, acabaria com a diversidade de alíquotas e traria maior tranquilidade no cumprimento de obrigações acessórias.

Outra expectativa na seara tributária, diz o pesquisador do Ibre, é em relação à tributação sobre renda, dentro das medidas em estudo já mencionadas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. O ministro tem mencionado a redução da tributação sobre lucro das pessoas jurídicas com a instituição de um Imposto de Renda sobre o pagamento de dividendos, que hoje são isentos. Para Borges, seria preciso verificar o impacto do ponto de vista fiscal, mas a medida deve melhorar a progressividade da tributação e estimular investimentos.